

COMPREENDENDO O PODER: REFLEXÕES SOBRE O “PODER” COMO CATEGORIA ANALÍTICA A PARTIR DA ANTROPOLOGIA POLÍTICA⁸

ALINE NEVES AGUIAR⁹
WHODSON SILVA¹⁰

RESUMO

O presente artigo compila algumas reflexões sobre a noção de poder e como esta se configura como uma categoria analítica na área da Antropologia Política. Dessa forma, partimos da perspectiva histórica a fim de provocar reflexões sobre os “velhos *insights*” para pensar novas questões acerca de tal área. Além disso, foi possível ampliar a discussão sobre o poder como um conceito crucial da Antropologia Política e suas implicações para os debates sobre as noções de Estado e organização social. Por fim, retomamos as interseções do conceito de poder, assim como outras discussões do campo político. Desse modo, objetivamos evidenciar como tal debate nos possibilita compreender questões atuais nos campos em que trabalhamos na condição de antropólogos.

Palavras-chave: Antropologia Política; Poder; Organização Social.

UNDERSTANDING POWER: REFLECTIONS ABOUT “POWER” AS AN ANALYTICAL CATEGORY BASED ON POLITICAL ANTHROPOLOGY

ABSTRACT

This article compiles some reflections about the notion of power and how it is configured as an analytical category in the area of Political Anthropology. So, we started from the historical perspective in order to provoke reflections about the “old insights” to think new questions about this area. Besides, it was possible to enhance the discussion about power as a crucial concept of Political Anthropology and its implications for the debates about notions of state and social organization. Finally, we retaked some intersections of the concept of power, as well as other discussions of the political field. Therefore, we aim to show how this debate allows us to understand current issues in the fields where we work as anthropologists.

Keywords: Political Anthropology; Power; Social Organization.

8. Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada.

9. Programa de Pós-Graduação em Antropologia - UFPE. Laboratório de Estudos Avançados de Cultura Contemporânea - LEC (UFPE). E-mail: alineneves_aguiar@hotmail.com.

10. Programa de Pós-Graduação em Antropologia - UFMG. Laboratório de Estudos sobre Ação Coletiva e Cultura - LACC (UPE). E-mail: whodsoon@gmail.com.

Introdução

“Enquanto os homens exercem seus podres poderes, morrer e matar de fome, de raiva e de sede são tantas vezes gestos naturais”. 34 anos após o lançamento da música “Podres poderes”, de Caetano Veloso (1984), ainda cantamos fervorosamente esta canção, talvez porque ela indaga e reclama as relações de poder historicamente construídas e presentes até os dias atuais.

Falar de poder, portanto, torna-se uma difícil tarefa para as diferentes áreas do conhecimento que tentam esmiuçar essa categoria em uma época em que fervilha o exercício de “podres poderes”, como bem definiu Caetano. Esse fervilhar de relações de poder, cada vez mais acentuadas por desigualdades diversas e violação de direitos, nos coloca a necessidade de realizarmos reflexões antropológicas que deem conta de complexificar os debates sobre a questão, principalmente por estarmos vivendo em um cenário político confuso, que realçam tiranias, opressões e retrocessos sociais, certamente relacionadas às dinâmicas dos ‘donos de e do poder’.

Frequentemente, fala-se de poder como se todos os fenômenos que o envolvem fossem de alguma forma redutíveis a uma perspectiva comum ou a alguma essência interna. Segundo Wolf (2003), isso nos afasta de especificar os diferentes tipos de poder presentes no emaranhado das relações sociais. Dessa forma, no sentido de dar conta de uma problematização antropológica sobre a categoria “poder”, elaboramos conjuntamente esse artigo, principalmente por ser um tema comum presente nos nossos trabalhos de pesquisa de mestrado, ambos situados no campo da Antropologia Política.

Diante disso, o presente trabalho propõe suscitar o debate sobre a categoria “poder”, para realizar algumas reflexões sobre o campo da Antropologia Política. Além disso, nos pautamos em algumas correntes teóricas que debatem o conceito de poder e contribuem para compreender como se configuram outras discussões sobre tal problemática. Vale atentar para o fato de que os autores que serão utilizados neste artigo apontam para realidades históricas e contextuais distintas, tornando fundamental para a antropologia a análise de tais perspectivas que embasam os debates contemporâneos. Desse modo, os estudos antropológicos possibilitam interpretações acerca da vida política, o que nos permite ampliar o entendimento sobre realidades sociais diversas.

Nesse sentido, a Antropologia Política é o nosso campo de referência para discutir o conceito de poder. Assim, o artigo apresenta a perspectiva histórica do desenvolvimento dessa área. Revisitaremos as considerações apresentadas por Ted C. Lewellen (1992), em sua obra intitulada *“Political Anthropology: An Introduction”*. No livro, focalizaremos o capítulo 01: *“The Development of Political Anthropology”*, onde o autor traz contribui-

ções ao leitor que deseja ter um panorama histórico da antropologia política, destacando o desenvolvimento de sua abordagem teórica e o estudo das estruturas e processos políticos elencados a partir da perspectiva cultural de diversas sociedades.

Em um segundo momento, aprofundaremos a discussão sobre o poder como uma categoria analítica da Antropologia Política. Para tal debate, nos ancoramos nas discussões teóricas de Pierre Clastres ([1974] 2003; [1977] 2004); Eric Wolf ([1990] 2003); Gustavo Lins Ribeiro (2008) e David Graeber (2009), todos esses convergem no sentido de abordarem em seus campos de estudo a forma pela qual as sociedades estão organizadas através de estruturas de poder, reverberando em debates contemporâneos. Em sequência, apresentaremos algumas considerações sobre como a discussão sobre poder implica no entendimento de noções como Estado e Organização Social, no contexto da Antropologia Política, partindo das colocações de Meyer Fortes e Evans-Pritchard (1981) e Pierre Bourdieu (1989).

Por fim, as considerações finais retomarão as interseções da noção de poder, assim como outras discussões do campo político. Desse modo, objetivamos evidenciar, também, os desafios do campo etnográfico que o tema proposto impõe às antropólogas e aos antropólogos.

2. Antropologia Política: velhos *insights*, novas questões

A significação de antigos *insights* não está apenas em suas realizações, mas nas novas questões que nos levam a formular (Wolf, 2003). Em primeiro lugar, os *insights* aqui memorados chamam a atenção para entendermos a “história do presente como uma história do poder” (Wolf, 2003: 11), isto é, os fenômenos sociais pelos quais nos debruçamos estão imbricados em processos históricos, políticos e de poder.

Nessa perspectiva, compartilhamos a ideia de Wolf (2003: 328-329) ao considerar a Antropologia como uma ciência cumulativa, ou seja, os conhecimentos e os *insights* produzidos no passado podem gerar novas questões e novos pontos de partida podem incorporar as realizações do passado. Nesse sentido, pretendemos percorrer brevemente os processos históricos e teóricos dessa área, bem como os velhos *insights* a fim de compreendermos como este campo foi se consolidando e como o poder, como categoria analítica, se apresenta no decorrer do tempo, possibilitando-nos refletir novas problemáticas no que tange ao tema.

De acordo com Lewellen (1992), o surgimento da Antropologia Política, como uma especialização, é datada dos anos 1940, período pelo qual os antropólogos e as antropólo-

gas se debruçaram sobre debates que iam além das perspectivas tradicionais, tais como o evolucionismo, particularismo histórico, estrutural-funcionalista, defendendo novas especializações a fim de dar conta das transformações contemporâneas. Nesse contexto, o desenvolvimento da Antropologia Política ganhou notoriedade, sobretudo porque os estudos antropológicos não focalizavam a temática da política como objeto de estudo.

Assim, ao destacar a temática da política, foi crucial o diálogo com outras áreas da esfera social, visto que a mesma não poderia ser analisada de modo isolado. Dessa forma, a antropologia tinha como fundamento a análise dos fenômenos políticos intimamente relacionados com outras áreas, que contribuíram para a integração das sociedades, organização e manutenção de suas estruturas de poder como, por exemplo, os sistemas de linhagens e a religião.

Embora a Antropologia Política seja um campo de estudo relativamente recente, os debates no que concerne às organizações sociais e às formas de estrutura política serviram de embasamento para investigações desde a expansão da perspectiva estrutural-funcionalista britânica baseada na abordagem teórica de Radcliffe-Brown. Na época, as etnografias produzidas contribuíram para compreender a organização social de comunidades onde não havia a presença de um “governo centralizado” representado pelo Estado.

Por volta do século XIX, alguns filósofos da política, incluindo Aristóteles, Hobbes e Rousseau consideravam que o governo e a política eram produtos dos estágios civilizatórios. Um dos teóricos que evidenciou tal argumento foi Henry Maine, cuja obra intitulada “*Ancient Law*” (1861)¹¹ tinha como pressuposto que as sociedades primitivas eram organizadas de acordo com as linhagens de parentesco, patriarcal e ordenada por símbolos sagrados. O desenvolvimento das sociedades era a direção para a secularização e organização que não se baseava mais no parentesco, mas no território pelo qual fundamentava a ação política. Assim, Maine sugeria que, inicialmente, o parentesco poderia ser considerado um tipo de estrutura sociopolítica desenvolvida *a posteriori* por Louis Henry Morgan, em “*Sociedade Antiga*” (1877).

Morgan (1877), por sua vez, articulou uma sequência evolutiva baseada em estágios denominados selvageria, barbárie e civilização. Logo, de acordo com tal perspectiva, a organização social iniciou com unidades baseadas no parentesco e nas regras de exogamia que mobilizaram as alianças entre os grupos sociais. Contudo, a esfera política não aparece até a completa domesticação das plantas e animais criar excedentes que proporcionaram o desenvolvimento da urbanização e da propriedade privada e do governo. Dessa forma, Maine e Morgan defendiam que o vínculo territorial, como um aspecto da

11. Vale salientar que as obras aqui mencionadas foram destacadas na obra de Lewellen (1992). Portanto, a interpretação dos autores parte de sua releitura dos clássicos.

civilização, era universal, reverberando na formação do Estado.

No século seguinte, diversos autores teceram críticas sobre a teoria evolucionista e a abordagem metodológica do autor. Um desses teóricos significativos da época foi Robert Lowie, que rejeitou a ideia de evolução unilinear, evidenciando o argumento de que não havia similaridades nos estágios de desenvolvimento de todas as sociedades, como destacado em sua obra “A Origem do Estado” (1962). Posteriormente, Georges Balandier (1970) alegou que todas as sociedades reconhecem o território conforme aumenta a população e o conflito entre as sociedades, possibilitando o surgimento de Estados, pois, para ele, a estratificação social é o elemento crucial do Estado como monopólio de força coercitiva.

Nesse sentido, a partir daí as discussões teóricas sobre a Antropologia Política ganharam vigor e a consolidaram como uma área na Antropologia, tendo como principal fundamento a análise das diversas sociedades, focalizando suas organizações políticas e sociais. Além disso, tal área leva em consideração a multiplicidade de formas pelas quais as sociedades estão ordenadas, tendo em vista que as mesmas variam de acordo com os contextos culturais vigentes. Portanto, a análise torna-se enriquecedora, sobretudo ao considerar as peculiaridades das sociedades estudadas, embasando a elaboração de diversas teorias.

3. Poder como categoria analítica da Antropologia Política

As provocações aqui suscitadas, enfatizam a importância em realizar debates e críticas sobre as várias definições que a noção de poder assume. Assim, o objetivo desta seção é discutir a categoria analítica de poder no sentido de ampliar as perspectivas e compreender suas implicações no campo da Antropologia Política.

Dessa forma, para fundamentar a perspectiva teórica do campo da Antropologia Política, a categoria de poder é crucial para problematizarmos e repensarmos como as sociedades estão organizadas. Nesse sentido, o pensamento de Wolf (2003) considera o conceito de poder como uma das palavras mais carregadas de sentidos e polifonias e que, frequentemente, é utilizada como se todos os fenômenos que o envolvem fossem redutíveis a um centro comum. Muito tem se discutido sobre o poder, mas, na Antropologia, ainda há a necessidade de aprofundar os debates, pois as sociedades estão em constantes modificações acerca de suas organizações sociais.

Para além de Wolf, Clastres (2003) e Graber (2008) apresentam contribuições importantes para a compreensão das dimensões de poder a partir do prisma antropológico. Clastres (2003), por exemplo, destaca o poder como um fenômeno inerentemente social

que existe mesmo em sociedades onde não há a presença do Estado. Nessa perspectiva, o poder está contido nas esferas individuais e sociais, parafraseando Wolf (2003) que o considera como a capacidade das pessoas no jogo do poder. Além disso, o poder está presente nas relações interpessoais, ou seja, nas interações e transações entre os indivíduos.

Graeber (2008), nesse sentido, aponta para o poder no contexto de grupos organizados em ações diretas que, exercendo o poder, têm a capacidade de promover mudanças estruturais significativas, tendo em vista que o poder não está centralizado no Estado, como afirma Clastres (2003). Em sua obra, a ideia de ação direta é entendida como uma forma de se engajar com o mundo a fim de propor mudanças através da ação e de seus modelos de organização (Graeber, 2008). Nesse sentido, o pensamento teórico do autor nos auxilia na reflexão sobre os fluxos da ação, no sentido de compreender os motivos, causas, os atores sociais envolvidos e suas relações com os outros indivíduos, assim como quando ocorrem tais fluxos, suas frequências e os sujeitos beneficiados. (Wolf, 2003).

A partir dessas proposições, complementando a ideia de poder de Ribeiro (2008), podemos compreender tal categoria como a capacidade de tornar-se sujeito responsável por seu próprio contexto e de controlar o curso das ações e dos eventos que manterão ou modificarão sua vida, além de destacar os contextos em que os indivíduos são impedidos de exercerem o seu poder, ou seja, de serem atores empoderados.

Nessa direção, a categoria de poder direciona elementos para debater questões pertinentes na Antropologia Política, como por exemplo, o tema do desenvolvimento e construção de grandes empreendimentos (Silva, 2019) e também os debates sobre as práticas sociais classificadas corruptas. (Aguiar, 2019).

Entretanto, a noção primordial de poder, aqui debatida, é uma das categorias mais carregadas de sentidos e polifonias e, portanto, nos oferece diversas perspectivas para discutir sobre suas definições que fundamentam o campo da Antropologia Política. Como campo, entendemos a série de relações e interações baseada em valores específicos e práticas que operam em dados contextos, como afirma Bourdieu (1986 *apud* Ribeiro, 2008). O campo, heterogêneo por definição, é composto por diferentes atores, forças, discursos e instituições. Portanto, o poder apresenta-se como uma palavra-chave a ser discutida que visa ampliar a compreensão na perspectiva da Antropologia Política.

Dessa forma, interpretar, no sentido de Geertz (2008), o campo da Antropologia Política implica identificar os significados e as representações historicamente construídas nas arenas em que as relações de poder, na maioria das vezes díspares, acontecem. Assim, torna-se necessário focalizar as descontinuidades dos processos, compreendendo a perspectiva simbólica como uma dimensão que “nunca termina, não chega a uma solução

final”, como evidencia Wolf (2003: 337).

4. Estado e Organização Social: abordagens da Antropologia Política sob a perspectiva do poder

Algumas correntes teóricas abordam o conceito de poder a partir de estudos etnográficos que visavam compreender a organização social dos diferentes sistemas políticos vigentes em cada sociedade. Alguns autores debruçaram-se sobre tal problemática com o intuito de destacar as formas pelas quais o poder é exercido, assim como a relação dos indivíduos com as instituições políticas. Logo, as abordagens teóricas apresentadas ao longo deste artigo buscam refletir a categoria de poder a fim de repensar o campo da Antropologia Política.

As abordagens teóricas perpassam a história da Antropologia enquanto disciplina científica e nos auxiliam a analisar os diferentes sistemas políticos, como abordado na obra “Sistemas Políticos Africanos”, de Meyer Fortes e Evans-Pritchard (1981), que destacam, de forma detalhada, oito sistemas políticos africanos amplamente difundidos no continente, são eles, Zulo, Ngwato, Bemba, Banyankole, Tallensi, Banto de Kavirondo, Kede e Nuer.

Os estudos realizados em tais sociedades ocorreram por meio de métodos e técnicas etnográficas que visavam comparar as instituições políticas africanas. Através de uma análise apurada de tais sistemas, foi possível identificar diversas características semelhantes, mesmo em diferentes estruturas políticas e culturais. Em contrapartida, dentro de uma mesma área linguística e cultural podem existir sistemas políticos muito divergentes. Nesse sentido, existe uma relação intrínseca entre a cultura de um povo e o modo como o mesmo se organiza politicamente. Portanto, o estudo comparativo das instituições políticas em algumas sociedades africanas permite explicar as uniformidades e interdependências entre as mesmas, principalmente no que tange ao fato de como as relações de poder são estabelecidas.

Os autores destacaram que os sistemas políticos africanos são regidos por lógicas específicas de poder que fundamentaram a formação do Estado, caracterizando os hábitos políticos peculiares e as instituições que regem as relações de poder nas sociedades africanas. Assim, os sistemas políticos descritos na obra são categorizados em dois grupos: o grupo A, classificado pela autoridade centralizada, aparelho administrativo e instituições judiciais, tais como o governo. Nesse contexto, as distinções de privilégio, status e riqueza entre os indivíduos dizem respeito à distribuição de poder e autoridade. Tal grupo tem como representantes os Zulo, Ngwato, Bemba, Banyankole e Kede.

Em contrapartida, o grupo B corresponde à ausência do que compõe o grupo A, isto é, não possui um governo que focaliza a estrutura política. Os sistemas políticos são representados por Logoli, Tallensi e Nuer, tendo como ênfase as relações de parentesco e o sistema de linhagem. Dessa forma, o poder não está centralizado, no grupo B, mas se encontra distribuído nas relações de parentela.

Os estudos das sociedades do grupo A enfatizam, sobretudo, a organização governamental. Além disso, abordam o *status* dos reis, o papel desempenhado pelos funcionários administrativos, as diferenças de riqueza e poder, as divisões territoriais do Estado, as obrigações dos governantes, dentre outros aspectos que dizem respeito à organização social e política daquelas sociedades. No entanto, o grupo B fundamenta-se pela ausência de um governo, visto que outras formas de estrutura política ordenam as sociedades, tais como os laços de parentesco. Dessa forma, os autores destacam que os modos de vida nas sociedades africanas são fundamentais para influenciar os sistemas políticos.

A maioria das sociedades africanas tinha a economia de subsistência como princípio. Assim, os privilégios econômicos, tais como o direito de exigir impostos e tributos representa a principal recompensa do poder político voltado a determinados cargos, especialmente nos sistemas políticos das sociedades do grupo A. No grupo B, as funções políticas não determinam os privilégios econômicos, uma vez que a riqueza está associada às qualidades pessoais ou ao *status* superior no sistema de linhagem. Tal fato diz respeito à posição dos chefes nas sociedades ditas primitivas, como destacado por Pierre Clastres (2003), em “A Sociedade contra o Estado”. Em tais sociedades, os chefes ocupam posições e desempenham papéis que não correspondem ao poder coercitivo do Estado, mas obtêm apenas alguns privilégios. Dessa forma, as funções do chefe não correspondem às funções de autoridade, que são consideradas como elementos distintos.

Nesse sentido, as unidades políticas das oito sociedades africanas não podem ser analisadas isoladamente, visto que as relações políticas são justapostas e se estendem de maneira quase indefinida. Diversos elementos podem unir povos de diferentes unidades políticas, tais como língua, comércio, relações sociais e de afinidade, dentre outros. Assim, há dificuldade em delimitar as unidades culturais e políticas, pois tais aspectos estão relacionados aos fatores econômicos. Nesse sentido, Eric Wolf (2003) discute a questão do poder na história da antropologia através de perspectivas comparativas, focalizando os elementos econômicos, culturais e sociais que perpassam as relações de poder.

No ensaio, o autor discute a noção do poder, que pode ser atribuído ao indivíduo, advindo das relações interpessoais ou através do poder organizacional e estrutural para compreender como tal categoria repercute na Antropologia a fim de avaliar os *insights* do passado para propor questionamentos. Assim, o teórico aborda o poder a partir de quatro

perspectivas: poder como atributo da pessoa, destacando a perspicácia dos indivíduos para mediar o “jogo do poder”; a segunda tipologia corresponde à capacidade de um ego impor-se sobre outro indivíduo nas relações interpessoais; o terceiro modo diz respeito àquele que controla os espaços pelos quais os indivíduos podem exhibir suas potencialidades. Por fim, o quarto modo de poder organiza os cenários e especifica sua distribuição, denominado pelo ato de governar. Tal poder estrutural molda o campo de ação, tornando possível alguns tipos de comportamento e tolhe outros, pois envolve relações políticas e econômicas para manter alianças.

Nesse contexto, é necessário compreender como são articulados os diferentes tipos de poder estrutural através das relações de governança, pois cada modo exige características específicas em conceber e classificar os indivíduos. Além disso, as sociedades respondem de forma diferente às possibilidades de poder. Diferentemente das sociedades ditas primitivas que eram basicamente igualitárias, as relações desiguais representam as relações políticas de poder que são reafirmadas com o surgimento do Estado, determinando o aparecimento das classes. É a presença ou a ausência de Estado que marca as sociedades entre os “selvagens” e os “civilizados”. Tal argumento embasa o pensamento teórico de Pierre Clastres (2003), em “A Sociedade contra o Estado”, que discute a natureza do poder político.

Na obra, Clastres (2003) desconstrói a ideia etnocêntrica de que as sociedades primitivas são caracterizadas pela ausência: “sociedades sem Estado, sociedades sem escrita, sociedades sem história”, pois as sociedades ditas primitivas têm uma organização social peculiar. Segundo a perspectiva da civilização Ocidental, a “verdadeira sociedade” se desenvolve a partir do Estado. Todavia, poucas investigações antropológicas eram feitas no que dizem respeito aos sistemas políticos de sociedades classificadas primitivas, reforçando, assim, os estereótipos.

As sociedades ditas primitivas não são caracterizadas como sociedades sem Estado, mas contra o Estado na medida em que reconhecem a possibilidade de emergência de um poder político atrelado ao exercício da coerção e da violência. Logo, o poder político está indissociado da sociedade. As sociedades ameríndias recusam a subordinação, por isso controlam seus chefes que desempenham funções não correspondentes às atribuições de autoridade. Portanto, suas decisões não têm “força de lei”.

Exercer o poder significa dominar os indivíduos, todavia, nas sociedades ditas primitivas, o poder não se separa da sociedade. Segundo Clastres (2004), o poder é inerentemente social e a sociedade se recusa viver subjugada ao Estado em nome da liberdade, tendo em vista que a instituição estatal representa o poder coercitivo. Assim, as sociedades estudadas são organizadas de tal forma que recusa ou torna inviável o aparecimento

do Estado, que implica relações sociais hierárquicas e demarca os sujeitos em estratos sociais diferentes, além de definir seus privilégios.

Nesse sentido, existem diversos elementos que demarcam os indivíduos a classes específicas, tais como a língua, ciência, arte e outros “instrumentos de conhecimento” como formas simbólicas que caracterizam as classes dominantes. Logo, o Estado é um mecanismo de poder que permite a tais classes exercerem domínio sobre as classes dominadas. Tal argumento enfatiza o pensamento de Pierre Bourdieu (1989), em sua obra “O Poder Simbólico”. A perspectiva teórica do autor aborda, sobretudo, a produção simbólica do mundo social representada por vários instrumentos de legitimação.

Parafraseando a definição do autor, o poder simbólico corresponde ao poder invisível ao qual é exercido por meio da cumplicidade daqueles que estão sujeitos ao mesmo. O teórico alega que os símbolos são instrumentos de integração social, pois as ferramentas de comunicação possibilitam o consenso e a reprodução da ordem social. As produções simbólicas partem do interesse da classe dominante, distinguindo-se das outras classes. Assim, o poder simbólico é um poder de construção da realidade que estabelece a ordem no mundo social. A ordem é estabelecida para a legitimação das distinções. Portanto, o sistema simbólico parte de uma perspectiva metodológica da análise estrutural.

Constantemente as diferentes classes empenham-se em uma luta simbólica a fim de impor suas posições ideológicas, reproduzindo-as através de suas posições sociais. Dessa forma, está em jogo o monopólio do poder e da violência simbólica ao impor à sociedade os instrumentos de conhecimento como legítimos.

5. Considerações Finais

Nesse artigo, tivemos como objetivo ampliar o debate sobre a categoria “poder” para refletir o campo da Antropologia Política, tendo em vista que tal tema se torna relevante em discussões contemporâneas que envolvem as dinâmicas das organizações sociopolíticas. Desse modo, as reflexões aqui desenvolvidas não têm a finalidade de limitar as definições de poder, tampouco minimizar as problematizações acerca da Antropologia Política. Pelo contrário, visamos ampliar as discussões e reflexões sobre os contextos históricos, estando inseridas as relações de poder.

As diferentes concepções de poder abordado pelos autores, nos dá subsídios para compreender como as sociedades estão organizadas e como as mesmas estabelecem suas relações de poder. Ao enfatizar os diversos modos de organização social, a reflexão teórica acerca do poder demarca as formas pelas quais os atores sociais vinculam-se às institui-

ções políticas, seja através de um poder centralizado representado pela figura política do chefe e/ou governante ou por meio de outras estruturas que regem a lógica cultural das mesmas. A forma como o poder é abordado diz respeito aos diferentes contextos sociais e culturais vigentes em cada sociedade. Dessa forma, os autores destacam a relação existente entre a cultura e o modo de organização política de um povo.

Nessa perspectiva, o estudo acerca da categoria de poder direciona elementos para debater novas questões presentes na Antropologia Política e que aparecem como demandas pertinentes para reflexão. Dessa forma, torna-se necessário aprofundar os debates em torno da temática, principalmente por estarmos vivenciando situações e contextos sociopolíticos em que são reafirmadas as relações desiguais de poder.

O contexto brasileiro, por exemplo, configura-se um campo privilegiado de análise sobre tais relações desiguais. Trata-se de um país que vivencia nos últimos anos processos que violaram e ainda violam o Estado Democrático de Direito, nos âmbitos executivo, legislativo e judiciário. Consequentemente, acentuam-se distintas violações de direitos sociais, arduamente conquistados pelos grupos e movimentos sociais. Tais acontecimentos possibilitam reflexões para os trabalhos antropológicos situados no campo da Antropologia Política.

Dessa forma, refletir sobre as dinâmicas do poder e relacioná-las à área da Antropologia nos possibilita a fundamentação de argumentos para dar conta das complexas relações sociais em diferentes contextos, além de esmiuçar os campos etnográficos que nos inserimos, na condição de profissionais, com o intuito de problematizar a realidade social.

Recebido em 08 de abril de 2020

Aprovado em 30 de abril de 2020.

Referências

AGUIAR, Aline Neves. **Amizade ou parentesco? Mecanismos sociais na ocupação de cargos comissionados em um município no interior de Pernambuco. Uma contribuição aos estudos antropológicos de “corrupção”**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o poder simbólico**. In: BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL. 1989.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. *Pesquisa de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify. 2003.

_____. **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify. 2004.

FORTES, Meyer & EVANS-PRITCHARD, Edward Evan (org.). **Sistemas políticos africanos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1981.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. ed. 13. reimpr. Rio de Janeiro: LTC. 2008.

GRAEBER, David. **Direct Action: an ethnography**. Editora AK Press. 2009.

LEWELLEN, Ted. C. **Political Anthropology: An Introduction**. 2nd edition. Westport, CT and London: Bergin & Garvey. 1992.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento**. In: **Novos estudos**. v. 80. p. 109-125. 2008.

SILVA, Whodson. **O conto das quatro mil almas: uma etnografia do confronto de Indígenas e Quilombolas com a Central Nuclear do Nordeste**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2019.

VELOSO, Caetano. **Podres Poderes**. *Velô*. Philips Records - LP. 1984.

WOLF, Eric. **Encarando o poder: velhos insights, novas questões**. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins. **Antropologia e Poder: Contribuições de Eric R. Wolf**. Ed. Unicamp: São Paulo. 2003.